

OMISSÃO

Ocupantes do Casarão lutam por moradia digna

Trezentas famílias estão em situação de vulnerabilidade ali desde maio de 2013. Prefeitura recorreu da decisão da Justiça que determinava auxílio-moradia para elas

■ O prédio abandonado no Centro de Aracaju, em frente à Praça Olímpio Campos, é a moradia de centenas de pessoas há quase um ano. Elas vieram do 17 de Março. Ficaram sem ter pra onde ir após a reintegração de posse que ocorreu ali em março de 2013, e se instalaram nesse local que é conhecido como Casarão.

No domingo, 5, a Polícia Militar se instalou em frente ao lugar para realizar a reintegração de posse, mas a operação foi suspensa por causa dos riscos que causaria à vida das pessoas que ocupam o prédio, entre elas, crianças, deficientes e idosos.

Segundo o defensor público Alfredo Nikolaus, foi movida uma Ação Civil Pública contra Aracaju para conceder auxílio-moradia e disponibilizar um local digno pra essas famílias ficarem. A decisão da 3ª Vara Cível foi favorável à Defensoria Pública.

IGNOROU

Mas o defensor estava no Casarão no dia previsto para a reintegração de posse e estranhou a ausência de pessoas



Famílias esperam assistência da Prefeitura há 11 meses

da Prefeitura para amparar as famílias. "Esperávamos que a Prefeitura estivesse com todos os seus técnicos e assistentes sociais", relata.

O prazo determinado pela Justiça para a Prefeitura cadastrar as famílias e elas receberem auxílio se encerrou na quinta, 10, e nada foi feito. A Prefeitura recorreu da decisão.

"Vamos pedir execução da multa pessoal de R\$ 10 mil, que foi determinada ao prefeito em caso de descumprimento", informa o defensor público.

"NÃO SOMOS ANIMAIS"

Anselmo Lima lamenta o tratamento que a Prefeitura

dá às pessoas do Casarão. "São 300 famílias sofrendo por falta de assistência. Uma coisa que é de direito, que é a moradia digna e assistência, e a Prefeitura insiste em negar", critica Anselmo.

"Até hoje, nunca ninguém da Prefeitura veio aqui ver a nossa realidade. Só mandam polícia e dão pancada. Não somos animais. Somos pessoas", diz Anselmo.

O prédio é condenado. Nunca recebeu o Habite-se. Está com a estrutura comprometida e tem pouca iluminação. Nos banheiros, pessoas estão expostas a doenças por causa da imundície: só têm dois, um masculino e um



Banheiros oferecem riscos à saúde

feminino, para as centenas de famílias. Somando-se a isso tudo, o local não tem segurança nenhuma.

"Estamos arriscando a vida porque precisamos, não temos pra onde ir. O que não pode é ficar tudo como está, com Prefeitura só massacrando os mais carentes", afirma José Vicente Santos, que faz parte da coordenação do Movimento Sem Casa - MSC.

RECORREU

Segundo o procurador-geral do Município, Carlos Pinna Júnior, a Prefeitura recorreu da decisão favorável à ação da Defensoria Pública, mas o recurso ainda não foi apreciado pelo Tribunal de Justiça. Para Pinna Júnior, há falhas nos modos como foi concebida a decisão.

"A ação da reintegração foi de natureza privada. É um prédio privado, e a Prefeitura só tomou conhecimento da reintegração na sexta, com

a informação de que deveria amparar essas pessoas com auxílio-moradia", explica.

O procurador ressalta que não há como atender a decisão nos moldes como foi apresentado. Isso porque, além de o prazo estabelecido pela Justiça ter sido curto, para ter direito ao auxílio-moradia é necessário preencher uma série de requisitos junto à Prefeitura.

Independentemente das decisões recentes da Justiça, as famílias estão lá há 11 meses. Tempo de sobra para a Prefeitura ter prestado alguma assistência e verificar quais preenchem requisitos para receber o auxílio. "Não basta ser apenas uma decisão judicial. O Município deveria ter tomado uma atitude há muito tempo para assegurar a dignidade dessas famílias. É dever da Prefeitura prestar assistência social", critica Alfredo.

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
online@cinform.com.br



Local não oferece estrutura nenhuma para moradia